

Senado Federal

Jader fecha PMDB, mas data de eleição ameaça decisões do Senado

Ricardo Amaral e
Marcelo de Moraes
De Brasília

A sucessão à presidência do Senado ficou praticamente definida ontem, com a indicação oficial de Jader Barbalho (PA) como candidato do PMDB, com o voto de 23 dos 26 senadores, inclusive os do grupo do ex-presidente José Sarney (AP), único ausente na reunião da bancada. O que não está nem um pouco definido, ao contrário, é a segurança jurídica das decisões das mesas do Senado e da Câmara no período que vai de 2 de fevereiro até o dia 14, data marcada para as eleições.

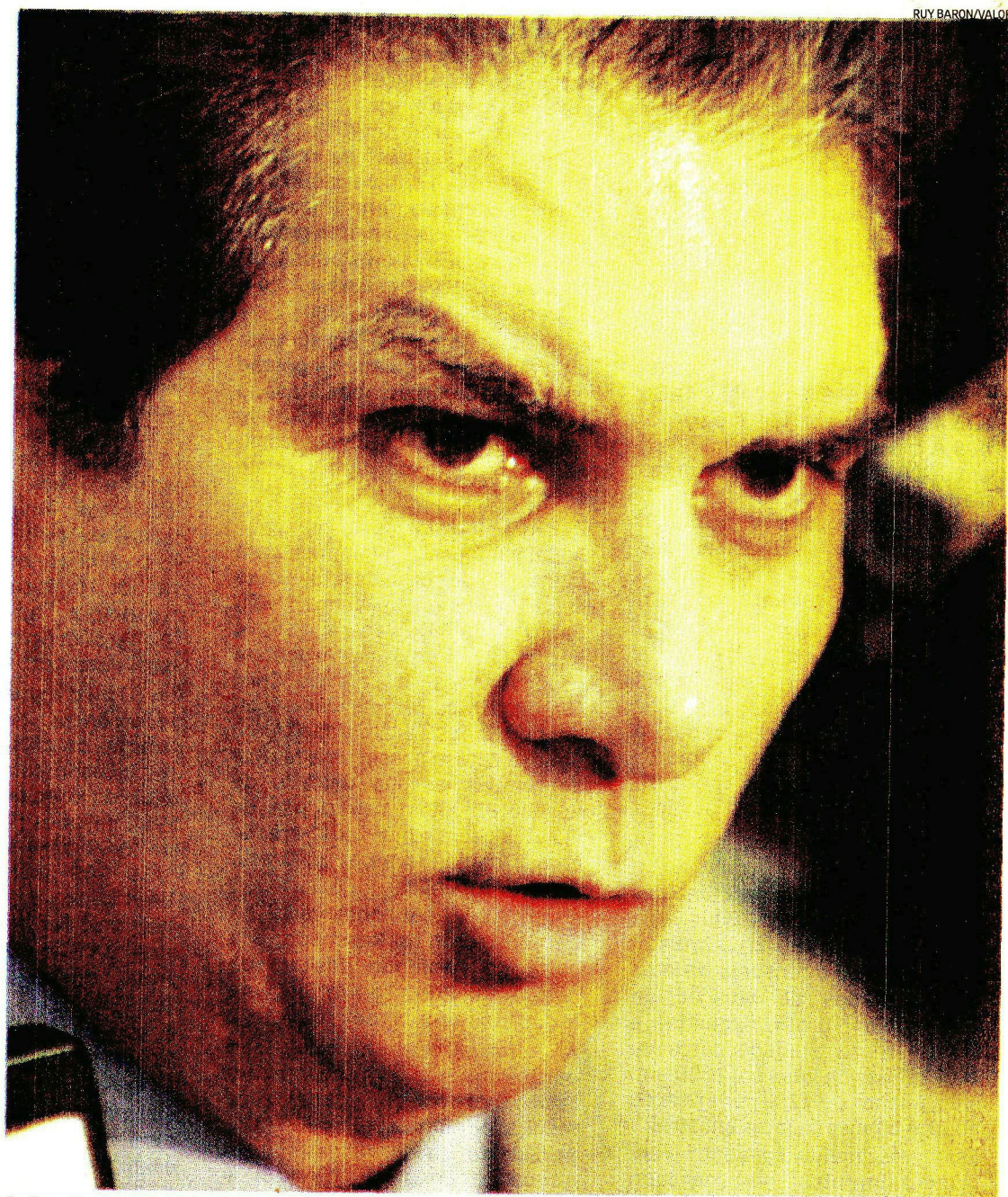
De acordo com o artigo 57 da Constituição, o mandato dos membros das mesas é de dois anos, não estando prevista prorrogação. Michel Temer e Antonio Carlos Magalhães tomaram posse para o segundo mandato em 2 de fevereiro de 1999. ACM marcou as eleições no Senado para 14 de fevereiro, de forma a ganhar mais tempo em sua batalha pessoal contra a eleição de Jader Barbalho. Com isso, criou mais um problema na mais tensa sucessão da história do Senado.

"Qualquer decisão da Câmara e do Senado nesse período será juridicamente nula se os presidentes Michel Temer e Antonio Carlos Magalhães não se afastarem do cargo", opinou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). O caminho para contestar as decisões, segundo Bezerra, seria ação popular. Outros senadores apontam que a saída legal seria a passagem do comando das duas casas para os dois parlamentares mais idosos de cada uma. Isso valeria para a presidência das sessões eleitorais, mas não há nenhuma previsão constitucional de que o recurso seja válido para o período de prorrogação.

Quem primeiro apontou para a extinção dos mandatos em 2 de fevereiro foi o presidente da Câmara. Apesar disso, Temer decidiu acompanhar o calendário de ACM, para manter a simultaneidade das eleições. Esta é uma condição necessária para evitar recuos de parte a parte no acordo entre PSDB e PMDB, que prevê o voto em Jader, no Senado, e no tucano Aécio Neves (MG), para presidir a Câmara.

A escolha da data das eleições foi a maior crítica feita a ACM na reunião do PMDB. O partido, no entanto, não vai contestá-la formalmente. "Entendemos que é uma questão secundária diante do nosso objetivo maior, que é eleger o presidente do Senado e superar o veto imposto por Antonio Carlos a Jader", disse o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

A confirmação da candidatura de Jader por 23 dos 26 senadores foi o mais forte golpe sofrido por ACM nas últimas semanas. O senador contava com defeições no PMDB e, principalmente, com uma eventual candidatura do ex-presidente José Sarney. Nem uma coisa nem outra. "José Sarney disse-me, sema-



Indicação de Jader foi referendada por 23 senadores do PMDB, incluindo os que integram o grupo de José Sarney

na passada, que não será candidato e votará no nome indicado pelo partido", disse Jader, após a reunião da bancada. Os votos de Gilvam Borges (AP) e João Alberto (MA) confirmaram a adesão de Sarney. Os dois senadores ouviram o chefe político na véspera e Sarney os liberou para votar em Jader Barbalho.

"A luta continua", reagiu ACM. Só não se sabe com que nome, depois que ficou claro que a carta Sarney está fora do baralho. Resta ao PFL tentar virar o jogo na Câmara, onde o candidato Inocêncio Oliveira (PFL-PE) está sendo batido por Aécio, segundo todos os prognósticos. A executiva do PFL reúne-se hoje para oferecer a Inocêncio todo o apoio possível. Uma das propostas é o partido abrir mão dos dois cargos a que tem direito na mesa da Câmara, para que Inocêncio possa negociá-los com bancadas em troca de apoio.

O primeiro partido a ser procurado seria o PT, que tem uma bancada com 56 deputados, mas a idéia foi tornada pública antes da hora, constringendo acordos. O futuro líder do PT, Wagner Pinheiro (BA), deu declarações recusando a troca de votos por cargos, num momento em que o partido já se vê às voltas com denúncias de nepotismo. "Não é assim que se faz", disse Pinheiro.